SUBSTITUTIVO DO DEPUTADO ARTHUR MAIA AO PROJETO DE LEI N. 4330, DE 2004

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao art. 8º. do Substitutivo apresentado pelo Deputado Arthur Maia a seguinte redação:

“Art. 8º. Não haverá distinção de salário, jornada, benefícios de qualquer natureza, inclusive convencionais ou normativos, alimentação, alojamento, ritmo de trabalho, condições de saúde e de segurança entre os empregados da tomadora e os empregados da prestadora que atuem nas instalações físicas da tomadora ou em outro local por ela determinado.

§ 1º. É vedado à tomadora manter empregado em atividade diversa daquela para a qual foi contratado pela prestadora.

§ 2º. Os empregados da prestadora não poderão ser subordinados ao comando disciplinar e diretivo da tomadora, seja por meio de subordinação direta ou estrutural.

§ 3º. A tomadora não poderá exigir a pessoalidade na prestação de serviços.

§ 4º. Em caso de violação dos §§ 1º., 2º.ou 3º. do presente artigo, configurar-se-á o vínculo de emprego entre o trabalhador e a tomadora de serviços. “

JUSTIFICATIVA

A emenda ora proposta é fruto de sugestão apresentada pela ALAL – Associação Latino-Americana dos Advogados Laboralistas, por meio de seu Diretor para Assuntos Legislativos, Maximiliano Nagl Garcez, e de seu Presidente, Luiz Salvador. Conta também com apoio do combativo Sinergia Bahia, de nosso Estado, bem como do Sinergia CUT SP, STIEEC e FTIUESP.

O objetivo da presente emenda é simples: evitar que a terceirização seja utilizada para precarizar as relações de trabalho. Para isso, prevê-se a plena **igualdade de direitos** entre os trabalhadores da empresa tomadora de serviços e os trabalhadores terceirizados. Proposta semelhante à presente emenda estava contida no Anteprojeto elaborado pelo MTE em conjunto com as centrais sindicais, tratando também da terceirização, bem como no PL 1621, de 2007, apresentado pelo Deputado Vicentinho. Também nos inspiramos nos principais pilares defendidos pelo Fórum dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.

Consideramos necessária tal emenda, sob pena de que a terceirização possa acarretar salários mais baixos, jornadas mais longas e precarização das demais condições de trabalho. A ausência de um sistema adequado de proteção e efetivação dos direitos dos trabalhadores terceirizados prejudicaria toda sociedade, corroendo as relações sociais e degradando o mundo do trabalho.

Por tais motivos, contamos com o apoio de nossos pares a fim de aprovar-se a presente emenda, justa e necessária.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2013.

Deputado Zezéu Ribeiro
(PT-BA)